

SUMÁRIO

Nota à 10ª edição, 23
Nota à 9ª edição, 24
Nota à 8ª edição, 25
Nota à 7ª edição, 26
Nota à 6ª edição, 27
Nota à 5ª edição, 28
Nota à 4ª edição, 29
Nota à 3ª edição, 30
Nota à 2ª edição, 31
Prefácio à 1ª edição, 32

1 DIREITO CONSTITUCIONAL, 33

- 1 Constitucionalismo, 33
- 2 Conceito de constituição, 34
- 3 Classificação das constituições, 35
 - 3.1 Quadro geral, 35
 - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 35
 - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 36
 - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 36
 - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 37
 - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas, 37
 - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 38
 - 3.8 Constituição Federal de 1988, 38
 - 3.9 Outras classificações, 38
- 4 Aplicabilidade das normas constitucionais, 39
 - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 39
 - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 39
 - 4.3 Normas programáticas, 41
- 5 Interpretação das normas constitucionais, 41
 - 5.1 Interpretação conforme a Constituição, 43
 - 5.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 45
- 6 Preâmbulo constitucional, 46

- 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 48
- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 49
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 50
 - 9.1 Asilo político, 50
- 2 PODER CONSTITUINTE, 52
 - 1 Conceito e finalidade, 52
 - 2 Titularidade do poder constituinte, 52
 - 3 Espécies de poder constituinte, 53
 - 4 Poder constituinte originário, 53
 - 4.1 Conceito, 53
 - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 53
 - 4.3 Características do poder constituinte originário, 54
 - 5 Poder constituinte derivado, 54
 - 5.1 Conceito e características, 54
 - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 55
- 3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 56
 - 1 Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa, 56
 - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 57
 - 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 58
 - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 58
 - 3 Direitos e garantias individuais, 59
 - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 59
 - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 60
 - 4 Destinatários da proteção, 60
 - 5 Direito à vida, 61
 - 6 Princípio da igualdade, 62
 - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 64
 - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 65
 - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 65
 - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 65
 - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 65
 - 7 Princípio da legalidade, 67
 - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 67
 - 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 69
 - 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 69
 - 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 70
 - 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 71
 - 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 72
 - 10.3 Limitações ao livre exercício do culto religioso, 72
 - 10.4 Religião e cultura, 73
 - 10.5 Assistência religiosa, 73
 - 11 Indenização por dano material, moral ou à imagem, 74
 - 11.1 Direito de resposta ou de réplica, 75
 - 12 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 76
 - 13 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 77

- 14 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 79
 - 14.1 Questão do dia e da noite, 80
 - 14.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 80
 - 14.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 81
- 15 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 82
 - 15.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 83
 - 15.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 84
 - 15.3 Gravação clandestina, 86
- 16 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal, 88
 - 16.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 88
 - 16.2 Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal, 90
 - 16.3 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 91
 - 16.4 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 93
 - 16.5 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal, 94
 - 16.6 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 94
- 17 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 96
 - 17.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 97
 - 17.2 Tutela do direito de reunião, 98
- 18 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX E XXI), 98
 - 18.1 Finalidade lícita, 98
 - 18.2 Caráter paramilitar, 99
 - 18.3 Vedação de interferência estatal, 99
 - 18.4 Conteúdo do direito de associação, 99
 - 18.5 Dissolução das associações, 100
 - 18.6 Representação dos associados, 100
- 19 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 101
 - 19.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 101
 - 19.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 101
 - 19.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 102
- 20 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 103
 - 20.1 Previdência Social e direitos adquiridos, 105
- 21 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 106
 - 21.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 106
 - 21.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 107
- 22 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 107
 - 22.1 Plenitude de defesa, 107
 - 22.2 Sigilo de votações, 107
 - 22.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 108
 - 22.4 Competência constitucional do Tribunal de Júri, 108
- 23 Extradição (art. 5º, LI e LII), 111
 - 23.1 Hipóteses constitucionais para a extradição, 112
 - 23.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradição, 113
 - 23.3 Procedimento e decisão, 114
 - 23.4 Prisão preventiva por extradição, 116
 - 23.5 Atuação do judiciário na extradição, 116
 - 23.6 Extradição, princípio da especialidade e pedido de extensão, 117
 - 23.7 Extradição e expulsão, 117
 - 23.8 Possibilidade de extradição ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 120

- 23.9 Extradicação e deportação, 120
- 23.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 120
- 23.11 Desnecessidade de comutação da pena de prisão perpétua, 121
- 24 Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5º, LIV e LV), 121
 - 24.1 Inquérito policial e contraditório, 122
- 25 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 122
 - 25.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 125
 - 25.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 127
 - 25.3 Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas, 129
- 26 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 130
- 27 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIV), 131
- 28 Prisão civil, 132
- 29 Rol exemplificativo, 133
- 30 Direitos fundamentais e tratados internacionais, 134

4 TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 135

- 1 *Habeas corpus*, 135
 - 1.1 Origem, 135
 - 1.2 Conceito e finalidade, 136
 - 1.3 Natureza jurídica, 138
 - 1.4 Garantia constitucional da Liberdade de locomoção, 138
 - 1.5 Legitimidade ativa, 140
 - 1.6 Legitimidade passiva, 142
 - 1.7 Hipóteses e espécies, 142
 - 1.7.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 142
 - 1.7.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 142
 - 1.7.3 Liminar em *habeas corpus*, 142
 - 1.8 Possibilidade de supressão, 143
 - 1.9 *Habeas corpus* e assistente, 143
 - 1.10 Excesso de prazo, 143
 - 1.11 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 144
 - 1.12 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 144
 - 1.13 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 147
 - 1.14 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 147
 - 1.15 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 148
 - 1.16 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 148
 - 1.17 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 149
 - 1.18 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 150
 - 1.19 Empate no *habeas corpus*, 150
- 2 *Habeas data*, 151
 - 2.1 Conceito, 151
 - 2.2 Natureza jurídica, 151
 - 2.3 Finalidade, 151
 - 2.4 Cabimento, 152
 - 2.5 Legitimação ativa, 154
 - 2.6 Legitimação passiva, 155
 - 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 155
 - 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 157

- 2.9 Competência, 158
 - 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 159
 - 3 Mandado de segurança, 161
 - 3.1 Conceito e finalidade, 161
 - 3.2 Espécies, 161
 - 3.3 Natureza jurídica, 162
 - 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 162
 - 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 164
 - 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 164
 - 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 166
 - 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 167
 - 3.9 Competência, 168
 - 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 168
 - 3.11 Mandado de segurança e liminares, 169
 - 4 Mandado de segurança coletivo, 171
 - 4.1 Conceito, 171
 - 4.2 Finalidade, 171
 - 4.3 Objeto, 171
 - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 172
 - 4.5 Beneficiários, 175
 - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 176
 - 5 Mandado de injunção, 176
 - 5.1 Histórico, 176
 - 5.2 Conceito, 177
 - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 177
 - 5.4 Requisitos, 179
 - 5.5 Legitimidade ativa, 179
 - 5.6 Legitimidade passiva, 179
 - 5.7 Procedimento, 180
 - 5.8 Competência, 180
 - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 182
 - 6 Direito de certidão, 186
 - 7 Direito de petição, 187
 - 7.1 Histórico e conceito, 187
 - 7.2 Natureza, 188
 - 7.3 Legitimidade ativa e passiva, 188
 - 7.4 Finalidade, 188
 - 8 Ação popular, 189
 - 8.1 Conceito, 189
 - 8.2 Finalidade, 189
 - 8.3 Requisitos, 190
 - 8.4 Objeto, 190
 - 8.5 Legitimação ativa, 191
 - 8.6 Legitimação passiva, 192
 - 8.7 Natureza da decisão, 192
 - 8.8 Competência, 193
 - 8.9 Sentença e coisa julgada, 193
 - 9 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 194
- 5 DIREITOS SOCIAIS, 199
- 1 Conceito e abrangência, 199
 - 2 Direito à segurança no emprego, 200

- 3 Rol dos direitos sociais, 201
- 4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 204
 - 4.1 Conceituação, 204
 - 4.2 Classificação dos direitos sindicais, 204
 - 4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 206
- 5 Direito de greve, 207

6 DIREITO DE NACIONALIDADE, 210

- 1 Conceito, 210
- 2 Definições relacionadas à matéria, 210
- 3 Espécies de nacionalidade, 211
- 4 Brasileiros natos, 211
 - 4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 211
- 5 Hipóteses de aquisição originária, 212
 - 5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 212
 - 5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 213
 - 5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, 214
 - 5.4 Opção, 215
 - 5.5 Hipótese suprimida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7-6-1994 – *ius sanguinis* + registro, 216
- 6 Brasileiro naturalizado, 217
 - 6.1 Espécies de naturalização, 217
 - 6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 218
 - 6.1.2 Naturalização expressa, 218
 - 6.2 Radicação precoce e curso superior, 221
- 7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 222
 - 7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 223
 - 7.2 Cargos, 223
 - 7.3 Função, 224
 - 7.4 Extradicação, 224
 - 7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 224
- 8 Perda do direito de nacionalidade, 225
 - 8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 225
 - 8.2 Naturalização voluntária, 226
 - 8.2.1 Regra constitucional, 226
 - 8.2.2 Exceções constitucionais, 227

7 DIREITOS POLÍTICOS, 228

- 1 Conceito, 228
- 2 Direitos políticos, 228
- 3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 229
 - 3.1 Conceituação, 229
 - 3.2 Classificação, 230
- 4 Capacidade eleitoral ativa, 230
- 5 Direito de voto, 231
 - 5.1 Natureza do voto, 231
 - 5.2 Caracteres do voto, 231
- 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 233

- 7 Elegibilidade, 233
 - 7.1 Conceito, 233
 - 7.2 Condições, 233
 - 8 Direitos políticos negativos, 235
 - 8.1 Conceito, 235
 - 8.2 Inelegibilidades, 235
 - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 236
 - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 236
 - 8.5 Inelegibilidade relativa, 236
 - 8.5.1 Por motivos funcionais, 237
 - 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade, 246
 - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 248
 - 8.5.3 Militar, 249
 - 8.5.4 Previsões de ordem legal, 249
 - 9 Privação dos direitos políticos, 250
 - 9.1 Perda, 251
 - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º), 251
 - 9.1.2 Escusa de consciência, 251
 - 9.1.3 Outros casos de perda, 252
 - 9.2 Suspensão, 252
 - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 253
 - 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 253
 - 9.2.3 Improbidade administrativa, 258
 - 10 Partidos políticos, 258
 - 11 Língua e símbolos oficiais, 259
- 8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 261
- 1 Regras de organização, 261
 - 1.1 Adoção da federação, 261
 - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 262
 - 1.3 Capital Federal, 263
 - 1.4 União, 264
 - 1.5 Estados-membros, 265
 - 1.5.1 Autonomia estadual, 265
 - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 268
 - 1.6 Municípios, 268
 - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 269
 - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 271
 - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 275
 - 1.7 Distrito Federal, 276
 - 1.8 Territórios, 277
 - 1.9 Formação dos Estados, 277
 - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 278
 - 1.9.2 Subdivisão, 278
 - 1.9.3 Desmembramento, 279
 - 1.10 Formação de municípios, 279
 - 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 280
 - 2 Repartição de competências, 282
 - 2.1 Conceito, 282

- 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 282
- 2.3 Repartição em matéria administrativa, 283
 - 2.3.1 Quadro geral, 283
 - 2.3.2 Competências administrativas da União, 283
 - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 285
 - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 285
 - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 286
 - 2.3.6 Competência administrativa comum, 286
- 2.4 Repartição em matéria legislativa, 287
 - 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 287
- 3 Intervenção, 298
 - 3.1 Parte geral, 298
 - 3.2 Intervenção federal, 300
 - 3.2.1 Quadro geral, 300
 - 3.2.2 Hipóteses, 300
 - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 301
 - 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 304
- 9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 305
 - 1 Conceito, 305
 - 2 Princípios constitucionais da administração pública, 306
 - 2.1 Princípio da legalidade, 306
 - 2.2 Princípio da impessoalidade, 306
 - 2.3 Princípio da moralidade, 307
 - 2.4 Princípio da publicidade, 309
 - 2.5 Princípio da eficiência, 309
 - 2.5.1 Introdução, 309
 - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 310
 - 2.5.3 Conceito, 311
 - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 313
 - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 316
 - 3 Preceitos de observância obrigatória a administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 318
 - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 321
 - 4 Concurso público, 322
 - 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 326
 - 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 329
 - 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 330
 - 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 332
 - 8.1 Da necessidade da licitação, 332
 - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 333
 - 8.3 Da dispensa da licitação, 334
 - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 334
 - 8.5 Conclusão, 335
 - 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 335
 - 10 Improbidade administrativa, 338
 - 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 339
 - 12 Responsabilidade civil objetiva do poder público, 341
 - 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 343

- 13 Servidor público e mandato eletivo, 344
- 14 Sistema remuneratório do servidor público, 344
- 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 346
 - 15.1 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 348
 - 15.1.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 350
 - 15.1.2 Regra de transição para professor, 350
 - 15.2 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 350
 - 15.3 Emenda Constitucional nº 20/98 e o respeito aos direitos adquiridos, 351
- 16 Estabilidade do servidor público civil, 352
- 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 354
- 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 355
 - 18.1 Cargo público civil permanente, 355
 - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 356
- 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 356
- 20 Emenda Constitucional nº 19/98 e respeito aos direitos adquiridos, 357

10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 364

- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 364
 - 1.1 Introdução, 364
 - 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 365
 - 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 368
 - 1.4 Conclusão inicial, 369
- ② Poder legislativo, 370
 - 2.1 Funções, 370
 - 2.2 Congresso Nacional, 370
 - 2.3 Câmara dos Deputados, 373
 - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 374
 - 2.4 Senado Federal, 374
 - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 376
 - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 377
 - 2.6 Tribunal de Contas, 385
 - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 385
 - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 386
 - 2.6.3 Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais, 387
 - 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 389
 - 2.7 Estatuto dos congressistas, 389
 - 2.7.1 Introdução, 389
 - 2.7.2 Finalidade democrática, 390
 - 2.7.3 Histórico, 390
 - 2.7.4 Conceito de imunidades, 394
 - 2.7.5 Imunidades materiais, 394
 - 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 398
 - 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 399
 - 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo, 400
 - 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 405
 - 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 407

- 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 408
- 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 408
- 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 408
- 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 409
- 2.7.15 Incompatibilidades, 409
- 2.7.16 Perda do mandato, 410
- 2.7.17 Conclusão, 412
- 3 Poder executivo, 414
 - 3.1 Estrutura do Poder Executivo, 415
 - 3.1.1 Chefe de Estado e Chefe de Governo, 415
 - 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 415
 - 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 417
 - 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 418
 - 3.1.5 Vice-presidente da República, 420
 - 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 420
 - 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 422
 - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 423
 - 3.2.2 Crimes comuns, 434
- 4 Poder judiciário, 439
 - 4.1 Conceito, 439
 - 4.2 Quadro de organização estrutural, 441
 - 4.3 Funções típicas e atípicas, 441
 - 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 442
 - 4.4.1 Garantias institucionais, 443
 - 4.4.2 Garantias aos membros, 446
 - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 448
 - 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 450
 - 4.5 Organização do Poder Judiciário, 451
 - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 453
 - 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 454
 - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 454
 - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 456
 - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 457
 - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111 da CF), 457
 - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 458
 - 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 459
 - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 459
 - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 468
 - 4.7.3 Justiça do Trabalho, 471
 - 4.7.4 Justiça Eleitoral, 474
 - 4.7.5 Justiça Militar, 474
 - 4.7.6 Justiça Federal, 475
 - 4.7.7 Justiça Estadual, 477
 - 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: REGRA DO "QUINTO CONSTITUCIONAL", 477

- 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal) 478
- 5 Ministério Público, 481
 - 5.1 Histórico, 481
 - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 482
 - 5.3 Posicionamento constitucional, 486
 - 5.4 Conceito, 487
 - 5.5 Princípios do Ministério Público, 487
 - 5.5.1 Unidade, 488
 - 5.5.2 Indivisibilidade, 488
 - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 488
 - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 489
 - 5.6 Funções, 490
 - 5.7 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 492
 - 5.8 Garantias do Ministério Público, 494
 - 5.8.1 Garantias da instituição, 495
 - 5.8.2 Garantias dos membros, 499
 - 5.9 Vedações constitucionais, 500
 - 5.10 Exercício da política partidária, salvo as exceções previstas em lei, 501
 - 5.11 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 503
 - 5.12 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 508
- 6 Advocacia pública, 510
- 7 Advocacia, 511
 - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 511
 - 7.2 Imunidade do advogado, 512
- 8 Defensoria pública, 513
- 9 Questões processuais – foro privilegiado: aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 às infrações penais cometidas por autoridades com foro privilegiado, 513
 - 9.1 Representação nos crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa e suspensão condicional do processo, 513
 - 9.2 Suspensão condicional do processo, 515
 - 9.3 Juizados Especiais na Justiça Federal, 516
- 11 PROCESSO LEGISLATIVO, 517
 - 1 Conceito, 517
 - 2 Noções gerais, 518
 - 2.1 Conceitos iniciais, 518
 - 2.2 Processos legislativos, 519
 - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 519
 - 2.2.2 Classificação em relação à seqüência das fases procedimentais, 520
 - 3 Processo legislativo ordinário, 520
 - 3.1 Fase introdutória, 521
 - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 521
 - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 522
 - 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, 524
 - 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 524
 - 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 525

- 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 526
- 3.1.7 Iniciativa conjunta de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 526
- 3.2 Fase constitutiva, 527
 - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 527
 - 3.2.2 Deliberação executiva, 531
- 3.3 Fase complementar, 534
 - 3.3.1 Promulgação, 534
 - 3.3.2 Publicação, 534
- 4 Espécies normativas, 535
 - 4.1 Emendas constitucionais, 535
 - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 537
 - 4.1.2 Limitações expressas, 537
 - 4.1.3 Limitações implícitas, 540
 - 4.2 Lei complementar, 541
 - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 541
 - 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 542
 - 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 542
 - 4.3 Medidas provisórias, 543
 - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 544
 - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 545
 - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 546
 - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 30 dias pelo Congresso Nacional, 546
 - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 547
 - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 548
 - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 548
 - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 548
 - 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 550
 - 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 552
 - 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias – impossibilidade em matéria tributária, matéria penal e reservada à lei complementar, 552
 - 4.4 Lei delegada, 556
 - 4.4.1 Natureza jurídica, 556
 - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 557
 - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 558
 - 4.5 Decreto legislativo, 558
 - 4.5.1 Conceito, 558
 - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 559
 - 4.5.3 Decreto legislativo e tratados e atos internacionais, 559
 - 4.6 Resolução, 562
 - 4.6.1 Conceito, 562
 - 4.6.2 Espécies, 562
 - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 562
 - 4.7 Leis orçamentárias, 563
 - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 564

- 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 565
- 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 565

12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 567

- 1 Idéia central, 567
- 2 Conceito, 569
- 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 569
 - 3.1 Requisitos formais, 569
 - 3.1.1 Subjetivos, 569
 - 3.1.2 Objetivos, 570
 - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 570
- 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 570
- 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 571
 - 5.1 Em relação ao momento de realização, 571
 - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 571
 - 5.2.1 Político, 571
 - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 572
 - 5.2.3 Misto, 572
- 5.3 Modelos clássicos de controle de constitucionalidade, 572
- 6 Controle preventivo, 574
 - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 574
 - 6.2 Veto jurídico, 575
- 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 575
- 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 575
 - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 575
 - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 576
- 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 576
 - 9.1 Difuso ou aberto, 577
 - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 580
 - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 581
 - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 583
 - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 583
 - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 586
 - 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 588
 - 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 595
- 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 597
 - 10.1 Competência, 597
 - 10.2 Objeto, 597
 - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 598
 - 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 600
 - 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 600
 - 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 601

- 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 601
- 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 602
- 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 602
- 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 602
- 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 604
- 10.3 Legitimação, 605
 - 10.3.1 Adin e pertinência temática, 605
 - 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 606
 - 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 606
 - 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 607
- 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 608
- 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 608
- 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 610
- 10.7 Advogado-Geral da União, 610
- 10.8 Procedimento, 611
- 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 614
 - 10.9.1 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 618
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 619
- 12 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 620
 - 12.1 Finalidade, 620
 - 12.2 Objeto, 621
 - 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 621
 - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 622
 - 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 622
 - 12.5 Adin por omissão e medida liminar, 623
- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 623
 - 13.1 Previsão, 623
 - 13.2 Finalidade, 624
 - 13.3 Legitimidade, 625
 - 13.4 Objeto, 625
 - 13.5 Procedimento e julgamento, 626
 - 13.6 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, 630
- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 631
 - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 633
 - 14.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 635
- 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 637
 - 1 Estado de defesa e estado de sítio, 637
 - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 638
 - 2 Forças armadas, 641
 - 3 Segurança pública, 642
- 14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 645
 - 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 645
 - 2 Da política urbana, 647
 - 2.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 647
 - 2.2 Usucapião constitucional de área urbana, 647
 - 3 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 647

- 3.1 Preceitos da política agrícola, 647
- 3.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 648
- 3.3 Reforma agrária, 649
- 3.4 Usucapião constitucional de área rural, 650
- 4 Do sistema financeiro nacional, 650
- 15 ORDEM SOCIAL, 652
 - 1 Seguridade social, 652
 - 1.1 Parte geral, 652
 - 1.1.1 Conceito, 652
 - 1.1.2 Objetivos, 653
 - 1.2 Saúde, 653
 - 1.2.1 Conceito, 653
 - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 654
 - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 654
 - 1.3 Previdência social, 655
 - 1.3.1 Plano de previdência social, 655
 - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 656
 - 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 657
 - 1.3.4 Regra de transição para professor, 658
 - 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 658
 - 1.4 Assistência social, 659
 - 2 Educação, cultura e desporto, 659
 - 2.1 Educação, 659
 - 2.1.1 Conceito, 659
 - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 660
 - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 661
 - 2.1.4 Universidades, 661
 - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 661
 - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 662
 - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 662
 - 2.2 Cultura, 663
 - 2.3 Desporto, 663
 - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 663
 - 2.3.2 Justiça desportiva, 664
 - 3 Ciência e tecnologia, 664
 - 4 Comunicação social, 664
 - 4.1 Comunicação social e liberdade de informação, 666
 - 4.2 Garantia constitucional do sigilo da fonte, 667
 - 5 Meio ambiente, 667
 - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 667
 - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 669
 - 6 Família, criança, adolescente e idoso, 671
 - 6.1 Conceituação, 671
 - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 671
 - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 672
 - 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 673
 - 6.4 Tutela aos idosos, 674
 - 7 Índios, 675

- Anexo A – *Quadro comparativo dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias individuais e coletivos*, 677
- Anexo B – *Quadro comparativo dos direitos sociais*, 703
- Anexo C – *Quadro comparativo das prerrogativas populares (nacionalidade, cidadania e soberania)*, 715
- Anexo D – *Quadro comparativo do processo legislativo*, 761
- Anexo E – *Quadro comparativo da reforma administrativa – EC nº 19/98*, 787

Bibliografia, 803

Índice remissivo, 815